

FILOLOGIA E PESQUISAS LITERÁRIAS

José Pereira da Silva (UERJ)

RESUMO

As pesquisas literárias, além de serem objeto da preocupação dos filólogos, não podem dispensar a sua atuação porque não seriam seguras as informações básicas para o seu desenvolvimento sem a atuação filológica direta, através da explicação e interpretação dos textos e das diversas formas de edição cientificamente preparadas.

Considerando que à Filologia interessam todos os textos, com prioridade para os textos literários, também estão no campo de sua investigação os problemas que deles se deduzem, como a sua autoria, a sua datação (cronológica e topológica), assim como a sua classificação e valorização, não se desprezando as possibilidades de desenvolvimento de projetos e pesquisas que tenham tais textos como base de informação.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia; Crítica Textual; Bibliografia; Literatura

INTRODUÇÃO

Sem a pretensão de originalidade, desejo apresentar-lhes as principais formas de contribuição filológica para o desenvolvimento das pesquisas literárias, tomando como base e roteiro a tradução da introdução aos estudos de filologia românica feita por José Paulo Pares para a Editora Cultrix sob o título de *Introdução aos Estudos Literários* (AUERBACH, 1972).

Na verdade, o texto que aqui orienta esta falação não é de minha autoria, mas uma simples atualização contextual de parte do primeiro capítulo do livro escrito por Auerbach para orientar o curso de Filologia Românica oferecido aos turcos de Estambul em 1943.

Trataremos da bibliografia e da biografia, da crítica estética e literária, da história literária e da literatura e da edição e explicação de textos, relembrando principalmente algumas contribuições de colegas nossos do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e da Academia Brasileira de Filologia.

BIBLIOGRAFIA E BIOGRAFIA

A história literária é uma ciência moderna. As formas de estudos literários que se conheceram e praticaram antes do séc. XIX são a bibliografia, a biografia e a crítica literária.

Bibliografia

A bibliografia, instrumento indispensável da ciência literária, compila relações de autores com suas obras da maneira a mais sistemática possível. Tal trabalho, antes do surgimento das bibliotecas virtuais e respectivas redes, podia ser mais facilmente executado numa grande biblioteca, onde grande parte, por vezes mesmo a totalidade do material se encontra reunida. Hoje é possível baixar das bibliotecas virtuais um grande número de catálogos que já seriam as bases para um catálogo especializado. Assim, foi em Alexandria, na célebre biblioteca dessa cidade, que se desenvolveu a bibliografia antiga. A atividade bibliográfica sempre foi e continua a ser uma parte importante do domínio das letras.

A bibliografia de um autor deve conter primeiramente a lista de suas obras autênticas, com todas as edições que delas se fizeram; a seguir, as obras duvidosas que se lhe atribuem; por fim, os estudos que outros autores lhe consagraram, se a lista assim compilada contiver manuscritos, será mister assinalar o local onde se encontra o manuscrito e dar uma descrição exata de sua forma; para os livros impressos, é preciso indicar, ao lado do título exato, o local e o ano da publicação, o número da edição (p. ex. *5ª ed. revista e corrigida*), o nome de quem fez a edição crítica ou comentada ou a tradução, o nome do impressor ou da editora, o número de volumes e de páginas de cada volume, o formato; algumas bibliografias dão outras indicações suplementares, que variam segundo as necessidades do caso. No Brasil, Associação Brasileira de Normas Técnicas – Fórum Nacional de Normalização, que funciona na Av. Treze de Maio, 13 – 28º andar – Centro – 20003-900 – Rio de Janeiro – RJ e atende pelos telefones (21) 2210-3122, 2532-5272, 2544-6167 e 2544-6191 e pelo correio eletrônico abnt@abnt.org.br, com uma série de informações disponibilizadas em sua página www.abnt.org.br, é a instituição reconhecida para estabelecer as normas oficiais relativas às referências bibliográficas em qualquer trabalho técnico ou acadêmico.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A organização moderna da bibliografia é bem mais vasta e variada que a da Antiguidade. Há muitos trabalhos interessantes nesta linha de pesquisa, entre eles, o que foi realizado pelo professor baiano Benedito Veiga e publicado no ano passado (VEIGA, 2003). A par de catálogos impressos das grandes bibliotecas (British Museum, de Londres, Biblioteca Nacional de Paris, Bibliotecas alemãs, Library of Congress em Washington), que podem servir de bibliografias universais, existem bibliografias especiais para cada ciência, para cada ramo, para todas as grandes literaturas nacionais, para os periódicos, como é o caso do projeto do índice das revistas filológicas brasileiras em que estão empenhados atualmente o Professor Antônio Martins de Araújo, a Professora Leonor Lopes Fávero e outros, para muitos escritores célebres (Machado de Assis, Mário Barreto, Carlos Drummond de Andrade, Dante, Shakespeare, Voltaire, Goethe etc.); as organizações de livreiros ou do Estado, na Inglaterra, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos etc., publicam para cada dia, cada semana, para cada mês e cada ano, listas de tudo quanto apareceu em seu país; os periódicos científicos dão a bibliografia das publicações recentes de seu ramo, amiúde seguida de uma notícia descritiva resumida; a maioria das disciplinas científicas dispõem de um ou de vários periódicos consagrados exclusivamente à bibliografia e aos resumos.

É exemplar o catálogo do Portal Brasileiro de Informações Científicas (www.periodicos.capes.gov.br/), com 7236 títulos disponibilizados, assim como o seu banco de teses (www.capes.gov.br/Servicos/Indicadores/TesesDissertacoes.htm) com 125 mil teses apresentadas nas universidades brasileiras desde 1987, assim como o excelente acervo virtual da Biblioteca Nacional (www.bn.br).

Biografia

A biografia se ocupa da vida dos autores célebres, ou melhor, dos homens célebres em geral. A Academia Brasileira de Filologia, por exemplo, está elaborando o seu dicionário biográfico, que está à espera de um editor. Trabalho idêntico, mas de menor extensão, fez o Professor João Alves Pereira Penha sobre os *Filólogos Brasileiros* (PENHA, 2002). Outro trabalho biográfico de uma colega nossa é a

Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil, da Professora Hilma Ranauro (RANAURO, 1997). Ela também foi cultivada pelos antigos gregos, desde o século V a.C.; e na época helenística, no séc. III, os dados acerca da vida de poetas e escritores foram metodicamente coligidos e registrados por escrito. De uma coletânea de biografias bem organizada, pode-se desenvolver uma verdadeira história da literatura; parece, entretanto, que a civilização antiga não a produziu; ela não compilou senão dicionários e relações de biografias, como ainda se faz nos tempos modernos. Veja-se como um bom exemplo o trabalho de Maximiano de Carvalho e Silva, *Sousa da Silveira: o homem e a obra*, sua contribuição à crítica textual no Brasil (SILVA, 1984). Bem entendido, a biografia contém também, pelo menos na imensa maioria dos casos, informações bibliográficas, como é, entre tantos outros, o citado trabalho sobre Sousa da Silveira; quase que não se poderia falar da vida de um autor sem mencionar-lhe as obras, sua data e maneira de publicação. Na medida em que se limite a reunir e classificar noções acerca da vida exterior dos autores, a biografia permanece, como a bibliografia, uma ciência auxiliar; biografia e bibliografia, embora exigindo do erudito que delas se ocupe toda a preparação técnica necessária para o trabalho erudito, não lhe permitem pôr em evidência suas próprias idéias e sua própria força criadora, se as tiver.

A CRÍTICA ESTÉTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA

A situação é muito diversa no que respeita à crítica estética, que é, por si própria, obra individual e criativa de quem a faz, única maneira de enfocar as obras de arte literárias até o final do Renascimento. Excetuados alguns esboços anteriores, a história literária propriamente dita é um produto dos tempos modernos, que, entretanto, não abandonaram de forma alguma a crítica estética, apesar de ser, hoje, muito diversa da que se fazia antigamente; é influenciada pela história literária, vale dizer, por considerações históricas relativistas e subjetivas. A antiga crítica estética perdurou até o fim do século XVIII, dogmática, absoluta e objetiva, como se pode ver teoricamente no trabalho de tese de doutorado de Luiz Antônio Lindo defendido em 1998, onde fez um estudo crítico dos conceitos que envolve essa idéia de estética.

Na prática, a crítica literária se faz mais freqüentemente de forma de polêmica, em artigos de ataques ou de louvações descabidas, apesar de serem numerosíssimos os trabalhos sérios que podem ser apresentados como exemplos, como *As artes de enganar*, de Adriano Espínola (ESPÍNOLA, 2000), rerepresentando Gregório de Matos sob uma faceta jamais analisada profundamente ou como *Drummond*: a estilística da repetição, de Gilberto Mendonça Teles (TELES, 1970). A crítica literária sempre indagou sobre forma que uma obra de arte de um determinado gênero devia ter para ser perfeitamente bela; até o século XVIII, tendia a estabelecer, para cada gênero, um modelo imutável, e julgava as obras segundo o grau com que se aproximavam desse modelo; procurava fornecer preceitos e regras para a poesia e para a arte da prosa e encarava a arte literária como a imitação de um modelo – modelo concreto se existisse uma obra ou um grupo de obras consideradas perfeitas – ou simplesmente um modelo imaginado. É mister não acreditar, todavia, que a antiga crítica estética desconhecesse ou deixasse de admirar a inspiração e o gênio poético; era precisamente na alma do poeta inspirado que se realizava o modelo perfeito, de sorte que sua obra se tornava perfeitamente bela; é verdade que nas épocas muito racionalistas, esta estética quis por vezes reduzir a poesia a um sistema de regras que se podia e devia aprender. Por conseguinte, a antiga crítica estética era, em geral, uma estética dos gêneros poéticos. Subdividia a poesia em gêneros poéticos e fixava para cada gênero o estilo que lhe convinha, compreendendo a poesia dramática (tragédia, comédia), a épica e a lírica, cada uma das quais se subdividia ainda em várias partes. Vale a pena ler a este respeito, por exemplo, os *Conceitos Fundamentais da Poética*, de Emil Staiger (STAIGER, 1974), traduzidos pela Professora Celeste Aída Galeão, que bem sintetizam este assunto. A prosa artística foi também subdividida em gêneros: história, tratado filosófico, discurso político, discurso judiciário, conto etc. – e para cada um desses gêneros se procuravam fixar as regras e a forma ideal. Atribuía-se-lhes também um estilo de linguagem mais ou menos elevado: a tragédia, por exemplo, da mesma maneira que a grande epopéia, a história e o discurso político, se enquadrava no estilo sublime; a comédia popular, a sátira etc., no estilo baixo; e entre os dois havia o estilo médio, que compreendia, entre outras, a poesia bucólica e amorosa, em que os grandes sentimentos deviam ser temperados por uma certa dose de jovialidade, de intimidade e de rea-

lismo. A antiga crítica estética é dogmática pelo fato de estabelecer regras fixas segundo as quais a obra de arte deve ser feita e julgada; é aristocrática não somente porque institui uma hierarquia dos gêneros e dos estilos mas também porque, procurando impor um modelo imutável de beleza, considerará necessariamente feio todo fenômeno literário que não se lhe conforme. Finalmente, é estática, vale dizer, anti-histórica, porque o que acabo de dizer concernente a uma obra contemporânea, mas estrangeira (Shakespeare), se aplica também aos fenômenos literários do passado, sobretudo aos chamados primitivos e às origens. Um francês do séc. XVII ou do séc. XVIII desprezava por bárbara e feia a antiga poesia francesa que não seguia o modelo de beleza que ele se havia forjado, que ele considerava como absoluto, e que não era, na verdade, senão o ideal da boa sociedade de seu país e de sua época.

A partir do fim do séc. XVIII, na Alemanha, a antiga crítica estética se desmorona, com o surgimento do Romantismo, que se interessava pela arte e pela literatura populares e antigas, sobretudo pelas origens: acabou introduzindo na crítica o sentido histórico, o que queria dizer que não reconhecia mais uma só beleza, um ideal único e imutável, mas se dava conta de que cada civilização e cada época tinham sua própria concepção particular de beleza, que era mister julgar cada qual segundo sua própria medida, e compreender as obras de arte em relação com a civilização de que haviam surgido; com os novos fatos ocorridos a partir do século XIX e o horizonte alargado, a antiga crítica estética não podia mais ser mantida, e é indubitável que o sentido histórico que permite compreender e admirar a beleza das obras de arte estrangeiras e os monumentos do passado constitui uma aquisição preciosa do espírito humano. Por outro lado, a crítica estética perdeu, por via desse desenvolvimento, toda regra fixa, toda medida estabelecida e universalmente reconhecida pelos seus julgamentos; tornou-se anárquica, mais sujeita à moda do que nunca, e no fundo não sabe alegar outra razão para as suas aprovações ou condenações que não seja o gosto do momento ou o instinto individual do crítico. Mas isto nos leva à crítica estética moderna; só se pode falar dela expondo a forma nova que o séc. XIX encontrou para tratar as obras literárias: a história da literatura. É o que faremos no parágrafo seguinte.

Quem desejar uma visão mais ampla da crítica deverá procu-

rar o livro *Da Crítica e da Nova Crítica*, de Afrânio Coutinho (COUTINHO, 1957), onde é apresentada uma bibliografia excelentemente selecionada sobre teoria e crítica literária, suficiente para orientar o estudioso sobre as teorias críticas no passado e no presente.

HISTÓRIA DA LITERATURA E EDIÇÃO DE TEXTOS

A partir do séc. XVI, pode-se comprovar a existência, entre os eruditos, de um crescente interesse pela história da civilização de seus países, e isso os levou a recolher materiais para uma história literária. Encontram-se esboços em França, por exemplo, podendo ser levadas a cabo metodicamente no século XVIII. A enorme *História Literária da França*, iniciada pelos beneditinos e continuou sendo compilada no séc. XIX com métodos mais modernos, e, na Itália, Tiraboschi redigiu a sua *História da Literatura Italiana*. Como a História é uma tentativa de reconstrução dos fenômenos no seu desenvolvimento, no próprio espírito que os anima, deseja-se que o historiador da literatura explique como determinado fenômeno literário pôde nascer, seja por influências antecedentes, seja pela situação social, histórica e política de onde se originou, seja pelo gênio peculiar de seu autor; como já estava nas duas obras acima referidas.

Foi só depois dos primórdios do séc. XIX que se escreveu a História no sentido moderno: não como ajuntamento de materiais de erudição nem como crítica estética, a julgar os fenômenos e as épocas em função de um ideal pretendidamente absoluto, e sim procurando compreender cada fenômeno e cada época em sua própria individualidade, e buscando, ao mesmo tempo, estabelecer as relações que existem entre eles, compreender como uma época emergiu dos dados da que a precedia e como os indivíduos se formam por via da cooperação das influências de sua época e meio com seu caráter peculiar.

Ora, a tarefa de escrever a história literária sobre estas bases pode ser concebida e executada de muitas maneiras diferentes, como se fez nos séculos XIX e XX, que exibem as tendências mais diversas no trabalho de seus eruditos, entre as quais se identificam dois grupos:

- 1) O grupo da escola romântica ou histórica da Alemanha,

que foi o predecessor de todo o movimento e que exerceu grande influência em toda a Europa, considerava as atividades do espírito humano, e em particular tudo quanto fosse poesia e arte, como uma emanção quase mística do *gênio dos povos*. Por conseguinte, interessava-se sobretudo e em primeiro lugar pelo estudo da poesia popular e das origens; tinha certa tendência a divinizar a História e a ver no seu curso a lenta evolução de *forças* obscuras e místicas cujas manifestações, em cada época e em cada grande indivíduo, constituíam uma revelação, perfeita em seu gênero, de um dos inúmeros aspectos da divindade; e a tarefa do historiador consistia em descobrir e fazer ressaltar plenamente o caráter peculiar de cada uma delas; o fenômeno individual é o objetivo visado pelos eruditos desse grupo.

2) O grupo positivista, que se liga à obra de Auguste Comte, rejeita todo misticismo na concepção da História e intenta aproximar tanto quanto possível os métodos das pesquisas históricas das das ciências naturais; visa menos ao conhecimento das formas históricas individuais que das leis que governam a História. Na história literária (da mesma maneira que na História geral), seu primeiro representante foi Hippolyte Taine (1828-1893). Para a explicação exata dos fenômenos históricos e literários, a tendência positivista recorreu a duas ciências presumivelmente exatas que o positivismo francês do séc. XIX prezava e que desenvolveu em particular: a Psicologia e a Sociologia; todos sabem do impulso que essas duas ciências tiveram no século XIX. As explicações psicológicas (e psicanalíticas) dos fenômenos literários, tais como as fizeram por vezes os estudiosos positivistas, atalham de uma maneira quase brutal o espiritualismo dos românticos; por seu espírito de análise e por sua concepção sobretudo biológica do Homem, eles chocaram amiúde o espírito daqueles que consideram a alma humana como algo de sintético, não analisável e, por último, livre, e cujas profundezas são inacessíveis à investigação exata. O mesmo acontece no tocante à explicação sociológica: os motivos espirituais pelos quais os românticos explicavam, por exemplo, as cruzadas não como por um ímpeto de entusiasmo religioso, mas pelo interesse que alguns grupos poderosos, feudais e capitalistas, tinham por uma expansão em direção do Oriente.

Em geral, a grande maioria dos estudiosos modernos combina as duas correntes de maneira diversa, de sorte que os estudos de história literária na Europa e nos Estados Unidos apresentam no século

XX um aspecto de riqueza e variedade extremas.

A história literária pode ser classificada de acordo com as diferentes tarefas a que se propõe, porque elas são assaz variadas. Escreveram-se histórias da literatura mundial; histórias de literaturas nacionais (inglesa, francesa, italiana etc.); histórias das literaturas de diferentes épocas, do século XVIII, por exemplo, tanto para a Europa como para um só país. Escrevem-se também monografias, consagradas a uma personagem importante, como por exemplo, Machado de Assis, Manoel Bandeira, Dante, Shakespeare; tais monografias se distinguem da biografia simples pelo fato de que não dão somente os fatos exteriores da vida a personagem em questão, mas procuram fazer compreender a gênese, o desenvolvimento, a estrutura e o espírito de suas obras; amiúde, as monografias têm a ambição de dar mais do que seu título promete; muitas monografias acerca de Camões ou Dante querem fazer reviver a época inteira na qual viviam seus heróis. A seguir, é mister citar a história dos gêneros literários: da tragédia, do romance etc.; ela pode especializar-se – e é a regra geral – num país ou numa época; como gênero literário, pode-se também tratar a crítica, e numerosas pesquisas que a preparavam já foram publicadas e há de fato pelo menos um livro importante sobre a história da historiografia geral. Ao lado da história dos gêneros literários, cumpre mencionar a história das formas literárias; da métrica, da arte da prosa, das diferentes formas líricas. Por fim, não se deve esquecer a história literária comparada, cujo objeto é a comparação das épocas, das correntes, e dos autores.

Além das numerosas publicações em periódicos, encontram-se muitas outras coisas ainda. Em primeiro lugar, são numerosas publicações de textos inéditos, como é o caso do códice inédito de Gregório de Mattos publicado por Fernando da Rocha Peres e Silvia La Regina (PERES, 2000), cartas, como as de Mário de Andrade publicadas por Matildes Demétrio dos Santos (SANTOS, 1998), fragmentos, como os que Sebastião Gonçalves de Souza publicou, de Névio e de Ênio (SOUZA, 1989), esboços, como os de Pedro Nava, apresentados por Maria Antônia da Costa Lobo em sua tese de doutorado (LOBO, 1997), encontrados em bibliotecas, arquivos, com parentes, herdeiros e amigos do autor em questão.

Isto pertence antes ao domínio da edição de textos, em que

labutam, entre outros, Leodegário A. de Azevedo Filho e Maximiano de Carvalho e Silva e que seria assunto para uma outra conferência muito mais interessante. Outro trabalho exemplar, com as mesmas preocupações genéticas presentes no livro da Professora Maria Antônia é o da Professora Marlene Gomes Mendes, na preparação de uma edição crítica do romance *As três Marias*, de Rachel de Queiroz (MENDES, 1998). Mas, como não cabe aqui uma reflexão maior sobre a crítica textual e a edição de textos, acrescentarei simplesmente uma remissão às referências bibliográficas do final desse texto, onde indicamos o *Manual de Bibliologia*, de Antônio Houaiss (HOUAISS, 1983); a *Iniciação em Crítica Textual*, de Leodegário A. de Azevedo Filho (AZEVEDO FILHO, 1987) e a *Introdução à Edótica*, de Segismundo Spina (SPINA, 1994) como guias teóricos e, como exemplos de edição crítica: HENRIQUES, 2001; TOPA, 1998; BARRETO, 1997 e CUNHA, 1999. Ainda são encontrados trabalhos a respeito da questão das fontes: onde, por exemplo, encontrou Goethe o tema de Fausto, ou Shakespeare o de Hamlet? Em que se baseou Dante ao representar César com olhos de ave de rapina ou Homero com um gládio na mão? As diferentes fontes são investigadas, comparadas, julgadas de acordo com a possibilidade de o autor ter ou não podido conhecê-las e utilizá-las; a isso se vincula a questão das influências: que influência exerceu Rousseau sobre as obras de juventude de Schiller, ou pôde a poesia amorosa dos árabes influenciar o ideal do amor cortês nos poetas provençais do século XII? *Fontes e influências* fornecem matéria inesgotável aos eruditos, como são os numerosos existentes sobre a obra de Camões; o mesmo acontece no tocante à questão dos *motivos*, como o que escreveu Leodegário sobre *As Cantigas de Pero Meogo* (AZEVEDO FILHO, 1981), que é quase do mesmo gênero: o motivo da mulher inocente, caluniada, morta por um marido ciumento, os inúmeros motivos de ardis de mulheres que enganam seus maridos: de onde procedem todos esses motivos, onde foram tratados pela primeira vez, como vieram de um país para outro, quais são as variantes das diferentes versões, e como se influenciaram umas às outras? Um outro gênero de artigos, antes estéticos, que o leitor encontrará nos periódicos, fala da arte dos autores, muitos deles, ultrapassando a extensão de artigos, passam a ser divulgados em livros; sua maneira de compor uma obra, sua arte de caracterizar as personagens, de pintar as paisagens, seu estilo o emprego que fazem das metáforas e comparações, sua versificação, o

ritmo de sua prosa; podem-se realizar tais pesquisas para um único autor, com ou sem comparação com outros (cf. GUERRA DA CAL, 1969), e para toda uma época. Entre os trabalhos dessa natureza podemos indicar, ainda, entre outros, o já citado trabalho de Adriano Espínola, sobre a arte de Gregório de Matos (ESPÍNOLA, 2000), o *Autoritarismo e Solidão*, de Francisco Venceslau dos Santos, modestamente dado como um esboço crítico (SANTOS, 1990). Outros artigos se ocuparão de algum problema de fundo, particularmente interessante para um autor ou uma época: por exemplo, a questão do plágio em Gregório de Matos, as questões políticas nos sermões de Vieira, o pensamento religioso de Montaigne, ou o exotismo do séc. XVIII; outros, ainda, de particularidades sobretudo estilísticas (a formação de novas palavras na obra de Rabelais), que podem ter uma repercussão profunda na maneira de compreender o autor em questão. Grande número de artigos fala de pormenores biográficos, de relações entre duas pessoas, por exemplo, no caso de tais relações serem de interesse no tocante à gênese de uma obra; vários eruditos fizeram investigações acerca da estada de Goethe em Wetzlar, onde ele conheceu pessoas que lhe serviram de modelo para seu Werther.

Não é preciso dizer que a história literária se serve frequentemente, nas suas pesquisas, de noções linguísticas. Delas necessita em todas as investigações concernentes ao estilo de um autor ou de uma época. Em relação aos estilos característicos das diversas épocas ou períodos da literatura, é bom que se veja livro de Domício Proença Filho, inicialmente destinado ao ensino básico, mas bastante útil nos cursos de Letras (PROENÇA FILHO, 1973). As questões linguísticas são particularmente importantes nas discussões a respeito da autenticidade das obras de atribuição duvidosa, como é o caso das *Cartas Chilenas*, cuja atribuição de autoria só foi resolvida graças aos estudos estilísticos. Quando escasseiam as provas documentais, tais discussões podem decidir-se amiúde por considerações de ordem linguística: será que o vocabulário, a sintaxe, o estilo da obra duvidosa se assemelham mais ou menos aos das obras autênticas do escritor em questão? Mas a importância da Linguística em história literária não se limita a essa espécie de problemas. As obras de arte literária são obras compostas em linguagem humana; o desejo de se aproximar delas o mais possível, de alcançar-lhes a própria essência, deu, nestes últimos tempos, novo impulso à análise dos textos literá-

rios, análise cuja base é lingüística; não é mais unicamente para compreender-lhes o conteúdo material, mas para apreender-lhes as bases psicológicas, sociológicas, históricas e sobretudo estéticas, que se pratica atualmente a análise ou explicação de textos. Como ela se situa a meio caminho entre a história literária e a Lingüística, e como seu desenvolvimento moderno me parece muito importante, consagro-lhe um parágrafo à parte.

A EXPLICAÇÃO DE TEXTOS

A explicação de textos se impôs desde que existe a Filologia; quando nos encontramos diante de um texto difícil de compreender, cumpre tratar de aclará-lo. Às vezes, pelo menos para os iniciantes, é necessário uma ajuda de um leitor mais experiente para se compreender melhor o que escreveu determinado autor. E não é por outro motivo que Castelar de Carvalho escreveu *Para Compreender Saussure* (CARVALHO, 1997), inspirador da coleção “Para Compreender”, da Editora Vozes, que já inclui *Para Compreender Labov* e *Para Compreender Mattoso Câmara*.

As dificuldades de compreensão podem ser de várias espécies: ou bem puramente lingüísticas, quando se trate de uma língua pouco conhecida, ou fora de uso, como pode se dar na leitura de um texto de Gil Vicente, por exemplo (Cf. SILVEIRA, 1973) e outros textos de nossa literatura medieval, ou de um estilo peculiar de emprego de palavras em sentido novo, como é o caso da produção literária de Guimarães Rosa, por exemplo, e de textos com construções arbitrárias ou artificiais; ou então dificuldades que digam respeito ao conteúdo do texto; este contém, por exemplo, alusões que não compreendemos ou pensamentos difíceis de interpretar, cuja compreensão exige conhecimentos especiais como é o caso de *Os Lusíadas*, carregado de alusões a fatos históricos, geográficos, mitológicos etc.; o autor pode, outrossim, ter ocultado o verdadeiro sentido de seu texto sob uma aparência enganosa; isso concerne sobretudo (mas não exclusivamente) à literatura religiosa (Por que tantos livros explicando a *Bíblia*?): os livros sagrados das diferentes religiões, os tratados de mística e de liturgia contém, quase todos, ou presume-se que contenham, um sentido oculto, e é pela explicação alegórica ou figurativa que cumpre interpretá-lo., como é o caso do *Apocalipse*.

A explicação de textos, denominada também *comentário*, quando se trata de uma explicação continuada de uma obra inteira, foi praticada desde a Antiguidade e adquiriu importância particularmente grande na Idade Média e na Renascença; uma grande parte da atividade intelectual da Idade Média se exerceu sob a forma de comentário. Se abrirmos um manuscrito ou uma edição antiga impressa de livros religiosos do Cristianismo ou de Aristóteles, ou mesmo de um poeta, não encontraremos amiúde, em cada página, senão umas poucas linhas de texto, em caracteres graúdos; e essas poucas linhas são rodeadas, à direita, à esquerda, acima e abaixo da página por um comentário abundante, escrito ou impresso, na maior parte dos casos, em caracteres menores. Existem também muitos manuscritos e livros que contêm somente o comentário sem o texto, ou que inserem as frases deste, sucessivamente, como títulos de parágrafos no comentário. O comentário pode conter toda sorte de coisas: explicações de termos difíceis; resumos ou paráfrases do pensamento do autor; remissões a outras passagens onde o autor diga algo de parecido; referências a outros autores que falaram do mesmo problema ou empregaram um torneio de estilo semelhante; desenvolvimento do pensamento, em que o comentador faz entrar suas próprias idéias ao explicar as do autor; exposição do sentido oculto, se o texto for, mesmo presumidamente, simbólico. Leia-se, por exemplo, *Uma forma provençalesca na lírica de Camões*, que constitui um trabalho exemplar do saudoso Emmanuel Pereira Filho (PEREIRA FILHO, 1974) ou a obra citada de Marlene Gomes Mendes. A partir da Renascença, o comentário alegórico cai pouco a pouco em desuso, e o desenvolvimento que dá as idéias próprias do comentador desaparece; doravante, os eruditos preferem outras formas para enunciar suas próprias idéias. O comentário se torna mais claramente filológico, e assim permanece até hoje. Um comentador moderno fornece, em primeiro lugar, explicações lingüísticas das passagens em que uma palavra ou uma construção as exijam; discute as passagens cujo teor seja duvidoso; dá esclarecimentos sobre os fatos e personalidades mencionadas no texto; tenta facilitar a compreensão das idéias filosóficas, políticas, religiosas, assim como das formas estéticas que a obra contém. É bem de ver que um comentador moderno se servirá do trabalho daqueles que o precederam no mesmo afã, e os citará amiúde textualmente.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Entretanto, conforme acabo de dizer no parágrafo precedente, a explicação de textos, há já algum tempo, vale-se de outros procedimentos e visa a outros fins. Quanto aos procedimentos, sua origem deve ser procurada, ao que me parece, na prática pedagógica das escolas, que continua entre nós em séries didáticas como “Português através de Textos”, por exemplo e outros (Cf. PROENÇA FILHO, 1973). Faz-se com que os alunos procedam à análise de algumas passagens dos escritores lidos em classe; analisam eles poemas ou passagens escolhidas, raramente uma obra inteira. A análise serve para propiciar a compreensão gramatical, para o estudo da versificação ou do ritmo da prosa, de modo que se possa compreender ou exprimir, com suas próprias palavras, a estrutura do pensamento, do sentimento ou do acontecimento que a passagem contém; por fim, faz-se com que se descubra o que havia no texto de particularmente característico do autor ou de sua época, tanto no que concerne ao conteúdo como no que concerne à forma. Pedagogos inteligentes logram até mesmo fazer compreender aos seus alunos a unidade de fundo e forma. Tal procedimento tem a vantagem de substituir o estudo puramente passivo dos manuais e das lições do professor pela espontaneidade do aluno, que descobre por conta própria o que faz o interesse e a beleza das obras literárias. Ora, esse método, consideravelmente desenvolvido e enriquecido por alguns filólogos modernos, serve-lhes para finalidades que ultrapassam a prática escolar; serve para uma compreensão imediata e essencial das obras; não se trata mais, como nas escolas, de um método de averiguar e ver confirmado o que já se sabia de antemão, mas de um instrumento de pesquisas e de novas descobertas. A explicação literária se aplica de preferência a um texto de extensão limitada, e parte de uma análise por assim dizer microscópica de suas formas lingüísticas e artísticas, dos motivos do conteúdo e de sua composição; no curso dessa análise, que deve servir-se de todos os métodos semânticos, sintáticos e psicológicos atuais, é mister fazer abstração de todos os conhecimentos anteriores que possuímos ou acreditamos possuir acerca do texto e do escritor em questão, de sua biografia, dos julgamentos e das opiniões correntes a seu respeito, das influências que ele pode ter sofrido etc.; cumpre considerar somente o texto propriamente dito e observá-lo com uma atenção intensa, sustentada, de modo que nenhum dos movimentos da língua e do fundo nos escape – o que é muito mais difícil do que o poderiam imaginar aqueles que nunca tenham praticado

o método; observar bem e distinguir bem as observações feitas, estabelecer-lhes relações e combiná-las num todo coerente, constitui quase uma arte e seu desenvolvimento natural é entravado, outrossim, pelo grande número de concepções já formadas que temos em nosso cérebro e que introduzimos em nossas pesquisas. Todo o valor da explicação de textos está nisso: é preciso ler com atenção fresca, espontânea e sustentada, e é preciso guardar-se escrupulosamente de classificações prematuras. Somente quando o texto em exame estiver inteiramente reconstruído, em todos os seus pormenores e no conjunto, é que se deve proceder às comparações, às considerações históricas, biográficas e gerais; nisso, o método se opõe francamente à prática dos estudiosos que despojam um grande número de textos para neles buscar uma particularidade que lhes interesse. Através de uma boa análise de um texto bem escolhido, chegar-se-á quase sempre a resultados interessantes, por vezes a descobertas inteiramente novas; e quase sempre, os resultados e descobertas terão um alcance geral que poderá ultrapassar o texto e propiciar informações sobre o escritor que o escreveu, sobre sua época, sobre o desenvolvimento de um pensamento, de uma forma artística e de uma forma de vida. Não há dúvida de que se a primeira parte da tarefa, a análise do texto propriamente dito, é assaz difícil, a de situar o texto no desenvolvimento histórico e bem avaliar o alcance das observações feitas, o é ainda mais. É possível adestrar um principiante na análise de textos, ensiná-lo a ler, a desenvolver sua faculdade de observação; isso lhe dará até prazer, pois o método lhe permite desenvolver desde o começo de seus estudos, antes de ter colhido nos manuais, a duras penas, grande número de conhecimentos teóricos, uma atividade espontânea e pessoal. Mas desde que se trate de situar e avaliar o texto e as observações feitas sobre ele, será mister, evidentemente, uma erudição muito vasta e um faro que só raramente se encontra, para fazê-lo sem cometer numerosos erros. Como as explicações de texto fornecem muito amiúde novos resultados e novas maneiras de formular um problema – é precisamente por isso que elas são preciosas –, o filólogo deseioso de bem discernir e de fazer ressaltar o alcance de suas observações só de raro em raro encontra, nos trabalhos anteriormente realizados, pontos de apoio para auxiliá-lo em sua tarefa, e vê-se então obrigado a levar a cabo uma série de novas análises de textos para comprovar o valor histórico de suas observações; quando ele parte de um único texto, os erros de perspectiva são quase que inevitáveis,

assim como freqüentes.

A explicação de textos, malgrado seu método muito claramente circunscrito, pode servir a intenções as mais diversas, segundo o gênero de textos que escolhamos e a atenção que prestemos às diferentes observações que neles podemos fazer. Ela pode visar unicamente ao valor artístico do texto e à psicologia peculiar de seu autor; pode-se propor a aprofundar o conhecimento que temos de toda uma época literária; pode também ter como objetivo final o estudo de um problema específico (semântico, sintático, estético, sociológico etc.); neste último caso, distingue-se dos antigos processos pelo fato de que não começa por isolar os fenômenos que lhe interessam de tudo quanto os rodeia, isolamento que dá a tantas investigações antigas um ar de compilação mecânica, grosseira e destituída de vida, mas os considera antes no meio real em que e encontram envolvidos, só os destacando a pouco e pouco e sem lhes destruir o aspecto peculiar. No conjunto, a análise de textos me parece o método mais sadio e mais fértil entre os processos de investigação literária atualmente em uso, tanto do ponto de vista pedagógico quanto do das investigações científicas.

CONCLUSÃO

A Filologia traz enorme contribuição às pesquisas literárias, não somente por meio da crítica textual, da explicação e da interpretação de textos, mas também, como foi mostrado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, na organização de coleções; por Rosalvo do Valle, na revisão técnica dos textos e por Maria Antônia da Costa Lobo, nos estudos de crítica genética e em diversas outras atividades que não foram apresentadas ou postas em destaque neste evento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. 2ª ed. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, [1972].

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Iniciação em crítica textual*. Apresentação de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Presença; [São Paulo]: Edusp, 1987.

———. *As cantigas de Pero Meogo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

BARRETO, [Afonso Henriques de] Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica coordenada por Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros. Texto estabelecido por Francisco Venceslau dos Santos. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997.

CAL, Ernesto Guerra da. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: 1969.

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 7ª ed. revista e ampliada com exercícios e um estudo sobre as escolas estruturalistas. Petrópolis: Vozes, 1997. [Há outras edições mais recentes]

CUNHA, Celso. *Cancioneiros dos trovadores do mar*. Edição preparada por Elsa Gonçalves. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

ESPÍNOLA, Adriano. *As artes de enganar: um estudo das máscaras poéticas e biográficas de Gregorio de Mattos*. Apresentação de Ronaldo de Melo e Souza. [Rio de Janeiro]: Topbooks, [2000].

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908)*. Apresentação de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001. (Coleção Austregésilo de Athayde, 2).

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac-similar. São Paulo: HUCITEC, 1983.

LINDO, Luiz Antônio. *De “ΑΙΣΘΗΣΙΣ” a “estética”*: um estudo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

crítico de conceitos. Tese apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com vistas à obtenção do título de doutor, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Fregni Bassetto. São Paulo: USP, 1998.

LOBO, Maria Antônia da Costa. *Chão de ferro: a gênese textual de uma obra de Pedro Nava*. Rio de Janeiro: Edição da Autora, 1997.

MENDES, Marlene Gomes. *As três Marias, de Rachel de Queiroz: edição crítica em uma perspectiva genética*. Niterói: EDUFF, 1998.

PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos brasileiros*. Franca: Ribeirão, 2002.

PEREIRA FILHO, Emmanuel. *Uma forma provençalesca na lírica de Camões*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974.

PERES, Fernando da Rocha; LA REGINA, Sílvia (org.). *Um códice setecentista: inédito de Gregório de Mattos*. Salvador: EDUFBA, 2000.

PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de época na literatura (através de textos comentados)*. 4ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro ; São Paulo: Linceu, 1973. [Há edições mais recentes].

RANAURO, Hilma. *Contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem no Brasil*: Sílvia Elia e João Ribeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileira; FEUC, 1997.

SANTOS, Francisco Venceslau. *Autoritarismo e solidão: O roteiro da conciliação. Esboço crítico para uma teoria do mandonismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. São Paulo: Annablume, 1998.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Sousa da Silveira: o homem e a obra; sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1984. (Coleção Linguagem, 24)

SILVEIRA, Sousa da. *Dois autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma) explicados por Sousa da Silveira*. 3ª ed. acrescida

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

com o fac-símile dos autos na edição príncipe de 1562. Prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva e estudo prévio de Cleonice Berardinelli.

SOUZA, Sebastião Gonçalves de. *Fragmentos de Névio e Ênio*. Tese de doutorado em Língua e Literatura Latina, apresentada à Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Olmar Gueterres da Silveira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: Crítica textual*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica; Edusp. 1994.

STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Tradução de Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.

TELES, Gilberto Mendonça. *Drummond: a estilística da repetição*. Prefácio do Prof. Othon Moacyr Garcia. Edição comemorativa do jubileu de esmeralda do escritor C. D. A. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. [Há edições mais recentes];

TOPA, Francisco. *Edição crítica da obra do poeta setecentista Manuel Inácio de Sousa Faialense*. Porto: Edição do Autor, 1998.

VEIGA, Benedito. *Memórias da vida literária baiana: década de 60 (Indexação do Suplemento Dominical do Diário de Notícias: 1956-1971)*. Salvador: UNEB / Quarteto, 2003.